



**Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e
Crítica Literária da PUC-SP**

nº 16 - julho de 2016

**WHITE, Hayden. *The practical past*. Evanston, IL: Northwestern
University Press, 2014. 114 p.**

*Leandro Thomaz de Almeida**

Faz muito sentido que no início de seu livro Hayden White mencione reminiscências de sua infância para indicar o porquê de seu interesse pela história. Nelas, as narrativas sobre reis, rainhas, mitos e impérios não lhe despertavam a pergunta pela distinção entre história e ficção, sendo o motivo principal para isso a ideia de que, enquanto histórias sobre o passado, não poderiam partilhar da mesma realidade daquelas que constituíam o presente.

Com o devido cuidado, pode-se dizer que a reflexão historiográfica de White está expressa, de maneira comprimida, no parágrafo acima. Isso porque toda tentativa de recuperação do passado pela escrita estaria incontornavelmente envolta em seleção, opção, recorte, de modo que o trabalho do historiador guardaria muitas semelhanças com o processo de composição de textos literários e seu *emplotment* (enredo, trama) em algum tipo de direcionamento, podendo ser ele trágico, épico, cômico etc. O que quer que tenha acontecido no passado, lembra White no Prefácio de *The practical Past*, permanecerá sendo um mistério e sua elucidação será conjectural, ou, como ele mesmo diz, uma “ficção”.

O livro está dividido em cinco capítulos, não necessariamente perfazendo uma continuidade entre si, mas relacionados pelas discussões subjacentes a cada um deles. O fio condutor se concentra nas implicações advindas da escrita da história e na polêmica de White com os “historiadores profissionais” e o “passado histórico” resultante de sua

* Pesquisador colaborador do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade estadual de Campinas – UNICAMP – Campinas, SP, Brasil. Bolsista Fapesp. leandroth@gmail.com

atividade. Conquanto curto, o livro é bastante denso, razão pela qual nos deteremos nos aspectos principais, os quais são, justamente, o que me pareceram mais discutíveis no livro.

De início, vale lembrar que a reflexão historiográfica de White está eivada de polêmicas. Ele parece tê-las em perspectiva nesse seu livro ao fazer uma espécie de *mea culpa*, admitindo que muitas críticas lançadas a sua obra foram provenientes de uma falha sua em deixar claro que ficção seria “um tipo de invenção ou construção baseada em hipóteses, mais do que uma maneira de escrita ou pensamento focados em entidades puramente imaginárias ou fantásticas” (p. xii – tradução do autor). Assim, para evitar a repetição de velhos problemas, em *The practical past*, ele optou pelo termo “escrita literária”, o qual guarda um caráter técnico que aponta para as estratégias de escrita que se utilizam de recursos próprios da ficção. Historiadores se utilizam dela quando constroem um sentido e uma versão para eventos que se deram no passado e, por isso mesmo, não têm mais “realidade”, por assim dizer. Antecipamos uma citação que virá apenas na página 20 do livro porque ela parece elucidar a questão a partir do entendimento do próprio White sobre os problemas despertados pelos seus livros anteriores, como *Tropics of discourse* ou *Metahistory* (1973): “Claro, agora reconheço que cometi um erro sugerindo uma vez que o problema consistiu na relação entre duas substâncias, ‘fato’ de um lado, ‘ficção’ de outro”. E o historiador continua, admitindo que “poderia ter dito que o problema tinha a ver com o discurso (história) que almejava ser fiel ao seu referente, mas que tinha herdado convenções de representação que produziam, daquilo que se afirmava literalmente, significados em excesso” (p. 20). Tais significados em excesso seriam aqueles aptos a serem identificados como literários ou ficcionais.

Contudo, não obstante o fato de que essa escrita da história guardaria semelhanças com o empreendimento da escrita ficcional, seu resultado não seria mais do que o “passado histórico”, produto do trabalho de historiadores profissionais. Esse seria um passado diferente do passado como um todo, apenas uma seleção de alguns elementos dele, e diferente também do “passado prático”, que seria concernente a grupos particulares de pessoas, instituições e agências. O “passado prático”, termo que White toma emprestado do filósofo Michael Oakeshott, estaria na base das decisões tomadas pelas pessoas no cotidiano ou em situações extremas, um passado diferente daquele que compareceria no trabalho de historiadores. Esses não estariam interessados no passado prático, mesmo porque, segundo White, a disposição de se aproveitar do

passado para traçar diretrizes para o presente poderia ser confundida com violação às regras da objetividade e desinteresse, atitudes que seriam requeridas na atuação do historiador profissional.

A valorização que se verá no livro desse “passado prático” está em consonância com disposições favoráveis ao tratamento literário do passado mostradas por White em livros anteriores. Para ele, o “passado prático” é dócil (*amenable*) ao “tratamento literário”, maneira de abordagem do passado que toma por tema aspectos da realidade alegadamente não abordados por historiadores, tais como o amor ou o sofrimento, que seriam acessíveis como “objetos de estudo prático apenas pela via da hipotetização imaginativa” (p. xv). Assim, romances como *Austerlitz* (2001), de W. G. Sebald, ou *American pastoral* (1997), de Philip Roth, estariam entre os exemplos perfeitos de abordagem do passado capazes de revelar um humor ou atmosfera de determinado período; revelariam, portanto, os usos que poderiam ser feitos do “passado prático”.

A partir disso, o capítulo 1 vai justamente explorar o romance de Sebald. White entende que a predominância do “mundo-real” no romance (em suas palavras, “fatos” históricos, empíricos, documentáveis) torna difícil sua classificação como “ficção”, embora conceda que ele seja “certamente” literatura e escrita literária. Mas o romance se vale de elaboração e de técnicas próprias do artefato poético ou literário e é por meio delas que ele, segundo White, é usado “para dar acesso ao real” a um “referente histórico” (p. 5). Portanto, o “dispositivo” literário mobilizado por Sebald em *Austerlitz* “serve para produzir uma lente *literária* pela qual justifica um julgamento (de aspecto ético ou moral) sobre um mundo real de fatos históricos” (p. 5).

O romance põe em discussão, dessa forma, pares que parecem ter servido para distinguir claramente os ofícios próprios dos empreendimentos histórico e literário: história e literatura, escrita factual e ficcional, escrita realista e imaginativa, escrita mítica e racional. Distinção problematizada por Hayden White, que considera que esses pares não deveriam ser tratados de modo tão estanque, o que supostamente teria acontecido na prática corrente da historiografia profissional. Essas dicotomias teriam nascido e se fortalecido a partir de finais do século XIX. A história, a partir desse período, teria produzido um tipo de conhecimento sobre o passado que foi classificado como “científico”, mas que, ao mesmo tempo, direcionou as questões a ele lançadas, discriminando o que seria ou não considerado “conhecimento”.

Essa operação historiográfica teria se estabelecido na base da separação entre uma relação até então “milénar” entre história e retórica. A partir desse distanciamento,

elementos tais como “criatividade”, “poeticidade”, “intuição”, “paixão” teriam sido postos em oposição a “veracidade”, “perspicácia”, “discurso ‘claro’” (p. 8). A história até então simpática à retórica tinha, segundo White, um caráter “propedêutico”, rivalizando com a teologia e a metafísica como base para a resposta à questão ética “o que devo eu (nós) fazer?” Para o historiador, a “profissionalização” dos estudos históricos teria dado ensejo a certa autonomização do passado, cujo valor de estudo estaria contido em si mesmo, distante, portanto, dos ensinamentos que o estudo da história poderia oferecer para balizar ações e programas no presente visando ao futuro: “em outras palavras, história em seu estatuto de ciência para o estudo do passado pretensamente para purgar o estudo do passado de qualquer conteúdo ético – enquanto, ao mesmo tempo, servia ao Estado-nação como guardião de sua genealogia” (p. 9).

É essa concepção do estudo da história que sustenta a crítica de White ao passado histórico e elogio do passado prático. Na esteira do filósofo Michael Oakeshott, o passado histórico é visto como uma “versão correta e organizada” de todo o passado e existe apenas nos livros e artigos publicados por historiadores profissionais. Seria o típico empreendimento com fim em si mesmo, “com pouco ou nenhum valor para a compreensão ou explicação do presente e [que] não oferece diretrizes para a ação no presente ou previsão para o futuro” (p. 9). Um problema grave em todo o livro, no entanto, bastante visível a partir das considerações acima, é que White não oferece o nome de um único historiador que se encaixe em suas críticas. Seu “opponente”, o “historiador profissional”, parece mais afeito a um espantalho capaz de receber os variados golpes desferidos, mas impossibilitado de se defender porque não tem rosto nem nome e nenhuma de suas obras foi apontada.

Esse “diagnóstico” quanto ao passado histórico dá ensejo à valorização da literatura – mais especificamente, do romance realista – proposta por White. Nesse gênero específico, outro modo de conceber o passado teria sido posto em prática, um modo que tomava como tema um “passado prático”, sempre apto para aguçar a sensibilidade quanto à “percepção de situações, solução de problemas e julgamento de valor e mérito que se poderia fazer em situações cotidianas” (p. 15), um tipo de experiência com o passado muito distinto, portanto, daquele oferecido pelos “heróis” da história escrita por historiadores. Entendemos contudo, que outra ressalva à proposta de White pode aproveitar o gancho deixado por ele. A eleição do romance realista para amparar sua leitura sugere uma recusa em lidar com textos literários cuja forma se distancia de modo aparentemente mais nítido do discurso historiográfico. Talvez

houvesse nessa opção a sugestão de que o romance realista estivesse mais próximo do mundo real que um romance de outra extração que deixasse mais evidente seu caráter de construto ficcional. Ao eleger o romance realista, White parece apontar para a ideia de que a partir dele é possível traçar pontes com a história que não seriam possíveis a partir de um romance não realista, ainda que este esteja tão arraigado na história quanto qualquer outro. Além disso, é sempre útil lembrar que há maior proximidade entre elaborações literárias tão díspares quanto o romance realista e, digamos, o *nouveau roman*, do que entre um romance realista e a narrativa historiográfica. A necessidade de coerência externa que se exige da última não se emparelha com a verossimilhança interna – variável segundo as diversas convenções de produção do gênero ficcional – esperada na elaboração literária.

No capítulo 2, White aborda o tema da representação do Holocausto, começando pela discussão sobre sua validade quando feita a partir da arte ou da ficção e pelo estatuto dos testemunhos pessoais a seu respeito. Seria válida a pergunta que nortearia a investigação histórica baseada em documentos e monumentos – “isso é verdade?” – também para o tratamento artístico ou literário do Holocausto (ainda mais se artístico for associado a estético e literário a ficção)? Deveria a mesma expectativa com o resultado da investigação histórica ser esperada dos testemunhos pessoais sobre o evento?

White almeja, ao lançar esses questionamentos, confrontar diferentes modos de apresentação do Holocausto, desde a historiografia até a literatura, fotografia, filosofia etc., tendo em vista a pergunta anunciada acima: “isso é verdade?”. Subjacente a esse confronto está a proposição de que muitos historiadores tomariam relatos tais como os de Primo Levi, a arte de Art Spiegelman e filmes como “A lista de Schindler” (1993) não apenas como a-históricos, mas também como ficcionalizações e estetizações de um evento que deveria, supostamente, receber apenas a abordagem direta do relato. Daí o questionamento lançado por White: “é aqui que eu gostaria de questionar a pertinência, competência, sensibilidade e adequação da questão ‘isso é verdade?’, a todos os discursos que fazem referência a eventos históricos reais no curso de sua elaboração” (p. 29).

A resposta por ele oferecida é a de que a pergunta é relevante quando lançada a relatos históricos sobre o Holocausto, mas de importância secundária quando dirigida a discursos que se referem ao mundo real mas são vazados por outros modos de representação, como o artístico. O exemplo tomado, após uma vista d’olhos em Kant e

Austin e sua teoria dos atos de fala, é o de Primo Levi em *É isto um homem?* (1947). Para White, o tipo de pergunta que se lança a um relato como o de Levi é distinto daquele que se faz em um julgamento em uma corte de justiça (“isso é verdade?”). Assim, o uso de dispositivos literários (metonímia, ironia, tipos etc.) no relato de um sobrevivente do Holocausto, mais do que associá-lo à ficção, refere-se ao modo de falar sobre uma situação extrema. Primo Levi teria oferecido um discurso que borraria distinções claras entre fato e ficção, o qual, na verdade, se colocaria acima da distinção entre um polo e outro, operando em uma zona matizada entre o branco e o preto que estaria interdita aos historiadores tradicionais. A escrita não regulada pela historiografia evidenciária, portanto, o modo de narrar que seria de suma importância diante de um fato brutal como o Holocausto.

No capítulo 3, “The historical event”, White aborda a “natureza, significado e função discursiva do evento histórico” (p. 42), a partir da perspectiva de que a história, enquanto disciplina científica ocidental, teria aplicação restrita a uma cultura marcada pelo cristianismo e pelo capitalismo e seria capaz, enquanto discurso proveniente dos vencedores, de reforçar o caráter de dominação que paira sobre os vencidos. O tom de polêmica contra o “passado histórico” continua, pois sobre este é reforçada a ideia de que carrega um fim em si mesmo, existente apenas na produção de historiadores profissionais, e oferece pouca ou quase nenhuma utilidade para o público leigo. Novamente a perspectiva de White se mostra muito restrita, pois não considera, para dar um único exemplo, a “History from below” de que E. P. Thompson foi um dos grandes expoentes, a qual propôs justamente um tratamento da história que não fosse a mera reprodução do discurso dos vencedores, dos vultos, dos eventos grandiosos. Fica a impressão novamente de que White se vale de caricaturas na descrição daquilo a que se opõe; como em todas elas, há uma ênfase exagerada em um aspecto em detrimento de outros que igualmente deveriam compor o cenário. Se fossem levados em consideração, esses outros aspectos exigiriam de White um cuidado muito maior na elaboração de suas críticas.

Permanece em vista, ainda, o momento em que a disciplina da história teria ganho caráter de cientificidade, o que teria excluído de sua prática aqueles que até então também escreviam “história”, ou seja, qualquer pessoa com a competência de “ler documentos antigos ou interrogar testemunhas de eventos passados” (p. 44). A cientificidade teria trazido uma distinção entre teoria e prática antes inexistente, uma vez que o conhecimento advindo com a escrita sobre o passado guardava um eminente

valor prático. Além disso, a história científica lidaria com os eventos de maneira distinta daquela marcada pela credulidade em, por exemplo, acontecimentos supostamente miraculosos. A própria investigação de tais eventos já violaria as regras do princípio empírico embutido na história como ciência: “desde que um evento miraculoso é uma manifestação de um poder fora da natureza e a fortiori fora da história, um evento miraculoso é um tipo de evento que nunca pode ser tratado como fato histórico” (p. 45).

Após essa afirmação, White passa em revista teorias a respeito da relação entre fato e evento na prática historiográfica ocidental, discute contribuições de Alain Badiou, Paul Ricoeur, Martin Heidegger e Paul Veyne ao tema, remonta à Grécia antiga (Heródoto e Tucídides) para chegar ao ponto que finalmente condensa toda a discussão: a de que eventos não são tidos como “históricos” simplesmente por terem acontecido, e de que o relato puro e simples de acontecimentos pode, quando muito, alcançar o status de crônica ou anal. A passagem ao estatuto de “história” concedido a um evento depende de que ele tenha as características de um enredo em determinada história: “para que dados eventos singulares, conjunto ou séries de eventos sejam qualificados como ‘históricos’, o evento, conjunto ou série precisa também ser validamente descritível como se tivesse os atributos de elementos em um enredo de uma história” (p. 53). Ciente do problema suscitado pelo termo enredo (*plot*, que também pode ser traduzido como trama), White complementa aprofundando o sentido almejado com seu debate: defender a ideia de que mitos, histórias ficcionais e relatos históricos compartilham um mesmo conteúdo, a “substância narrativa”; ou seja, diferentemente do evento natural, o evento histórico é narrável.

Historiadores profissionais teriam problemas com essa definição na medida em que rejeitariam a ideia de que haveria enredos (*plots*) na história ou um amplo enredo da História, porque eles apontariam para algum tipo de “providência”, “destino”, “progresso” que lhes seria subjacente. Nas palavras de White, “a objeção geral para as ‘narrativas mestras’ foi que elas representavam um tipo de pensamento *teleológico* que tinha que ser superado pelas modernas ciências da natureza para tomar forma” (p. 54). Para ele, no entanto, isso não deveria ser um problema, uma vez que “seres humanos e grupos humanos tipicamente *pensam* teleologicamente” (p. 54), pois planejam suas atividades visando determinados fins. Novamente percebemos que seria de grande valia se White apontasse aqueles a quem dirige suas objeções, porque há “historiadores profissionais” que não só perceberam as questões por ele levantadas como propuseram uma problematização delas de maneira distinta. Ademais, como dizer que historiadores

rejeitam peremptoriamente a ideia de enredo na escrita da história quando temos um exemplo como o de Natalie Zemon Davis com seu livro *O retorno de Martin Guerre?* (1983).

White inicia o capítulo 4 abordando a noção de que o entendimento a respeito de determinado dado – que pode ser um evento ocorrido no passado – se relaciona com sua classificação em um sistema de compreensão oferecido pela cultura histórica de onde parte a investigação. Trata-se, assim, de uma adaptação das características dos elementos do passado à possibilidade de compreensão de quem as observa no presente.

Essa adaptação, no caso da história, se dá por meio da expressão escrita, que White divide em “técnica” ou “natural” (ou de “senso comum”), para concluir, reforçando o que já dissera ao longo de sua reflexão teórica em livros passados, que a descrição não comporta um caráter propriamente científico, mas está incontornavelmente entrelaçada a algum enredo reconhecível, seja ele trágico, romântico, épico etc. Ademais, a descrição histórica, enquanto meio de acesso ao passado, não conta com um corpo de dados que estaria além da descrição com o qual ela poderia ser comparada para aferir sua veracidade. Desse modo, o apelo ao documento ou monumento que serviram de fonte à descrição histórica não seria suficiente para garantir sua verificabilidade, porque também eles estariam sujeitos a uma narrativa que deveria explicar sua constituição, uso, posição entre outros documentos etc. O “contexto” recai na mesma situação, pois sua evocação para a explicação de determinados fenômenos estaria sujeita ao mesmo processo de interpretação e seleção que caracteriza a escrita histórica.

Esse posicionamento ampara a retomada por parte de White de um ponto importante de seu livro *Metahistory: the historical imagination in the nineteenth-century Europe*. Ele rebate a crítica de que teria afirmado que clássicos da historiografia dissolveram os limites entre fato e ficção; antes, o que teria sido apontado é que historiadores que se tornaram referências em suas áreas de estudo (Burckhardt, Ranke, Huizinga, Braudel etc) “dissolve[ra]m a barreira – puramente convencional, em qualquer caso – entre escrita da história e escrita literária” (p. 69). Essa distinção teria sido realizada, segundo o historiador, em concepções sobre a escrita literária anteriores “à revolução na cultura e na sociedade efetuada pelo modernismo” (p. 69). A partir dela, segundo White, tem-se a convicção de que tudo na cultura – e não apenas sua história – é criação dos homens, inclusive os “fatos” que amparam o conhecimento sobre sua própria constituição individual. O termo usado pelo historiador, no entanto, gera

incompreensões. Não foi propriamente a “escrita modernista” (*modernist writing*) que apontou o caráter de construto da cultura, ao contrário: ela se valeu dessa noção para refletir inclusive sobre a impossibilidade de ingenuidade a respeito do caráter construído de sua noção de realidade.

A partir dessas questões, White defende a ideia de que nem todas as descrições pedem julgamentos baseados em verdade ou falsidade. Diferentemente do que acontece com, por exemplo, descrições de imagens, nas quais a própria imagem serve como parâmetro de avaliação dessas mesmas descrições, objetos do passado não têm uma realidade material que se apresente para o cotejo. No caso da história, portanto, tratar-se-ia, antes, de amparar a verdade da descrição histórica em uma análise da lógica obtida a partir de várias proposições que constituem o todo do discurso em que determinada descrição está inserida. A lógica seria aquela da identidade e da não-contradição, “o que requer que os elementos da descrição sejam primeiro traduzidos em conceitos e então correlacionados como um ‘argumento a respeito’ do referente mais do que como sua *representação*” (p. 70). A partir disso, estaria subjacente à descrição histórica um critério de verificabilidade distinto daquele fundado na ideia de representação icônica; ele estaria amparado, antes, na ideia de representação simbólica: “a verdade de uma descrição de qualquer coisa que se considera ter existido no passado ou na história é verdade simbólica” (p. 71). Essa verdade estaria, portanto, na base da constituição das identidades dos grupos humanos, formada justamente por elementos simbólicos e materiais.

No capítulo 5, a atenção se volta às possibilidades oferecidas pela literatura no que tange à representação do passado (voltam à tona também as reflexões sobre o Holocausto). Um passado específico, no caso: a pergunta inicial do capítulo se relaciona à possibilidade e até mesmo conveniência (no sentido de ser ou não desejável) de se “narrar o Holocausto”. Nesse capítulo é retomada também a discussão que dá nome ao volume ao se abordar novamente a distinção entre “historical past” e “practical past”.

A historiografia sobre o Holocausto, sugere White, estaria suspensa (“construed as having been suspended”, p.76) entre esses dois modos de tratamento do passado, o histórico e o prático. Além disso, a narrativa sobre o Holocausto teria que lidar com a questão de sua própria existência, pois a forma narrativa em si – uma história ordenada, sobre a qual se lançam conclusões, com a pretensão de “ordenar” (no sentido de pôr ordem) os fatos relativos ao massacre – comportaria já um problema ético para a modernidade. É a deixa para White evocar o livro de Saul Friedländer, *The years of*

extermination: Nazi Germany and the jews, 1939-1945 (2007), a fim de relacionar narrativa do Holocausto e modernismo literário. Ele justifica essa associação ao considerar que autores (que ele chama de) modernistas como Joseph Conrad, Henry James, Franz Kafka e outros teriam repudiado a história enquanto objeto de estudo científico e se esforçado em anular distinções claras entre passado, presente e futuro, trazendo à tona o “passado prático” já anunciado anteriormente por White. Nisso, eles se diferenciariam, para ficar ainda no âmbito das classificações literárias, dos autores do realismo. Além disso, esse modernismo literário teria preferido o “método mítico” ante o “método narrativo” no que se refere a apreender a realidade, teria rejeitado a elevação da arte a um fim em si mesma, o que a separaria da ética e, finalmente, teria desacreditado da possibilidade de apresentar um narrador onisciente.

Friedländer teria se valido da mesma ruptura modernista, por assim dizer, para contar uma história que não teria a pretensão da ordenação, da conclusão, da adesão proveniente da crença no narrado. O Holocausto seria incompreensível, incomensurável, inenarrável; escrever a seu respeito exigiria uma ruptura com a maneira tradicional de se referir ao passado, pois um evento dessa magnitude não teria qualquer “essência” ou “substância” a ser revelada pela narrativa: “para Friedländer, a Solução Final não é produto de uma única linha de causalidade e como tal não pode ser ‘explicada’ ao modo da historiografia tradicional” (p. 81). A crítica de White se volta à narrativa histórica que seria pretensamente capaz de envolver os eventos em uma “história” (*story*) ordenada, pronta a oferecer um “sentido” ao que não deveria ter sentido. A crítica ao livro de Richard Evans, *The third Reich in power, 1933-1939* (2005), é útil para ilustrar essa concepção: “uma obra de tão perfeito controle dos fatos e tanta confiança em seu conhecimento do fenômeno nazista que não deixa nada para a imaginação do leitor” (p. 113). Com isso, a interpretação do passado proposta por Evans “nunca teria parecido às pessoas do passado como ele parece aos historiadores. Os historiadores encontram coisas que nenhum dos atores em dada cena poderiam sequer imaginar” (p. 113). Mas, poderíamos perguntar, não seria essa uma das virtudes do estudo da história? Ou seja, capacidade, favorecida pela distância, de compreender um fenômeno de maneira diferente daquela que foi entendida pelos seus atores? Estaria o olhar do historiador condenado a repetir os mesmos termos que serviram para certa época explicar a si própria? Que tipo de ganho epistemológico adviria desse gesto?

Na visão de White, no entanto, quem ganha pontos é Friedländer, que, ao contrário de Evans, teria se valido de recursos provenientes da modernidade literária e

os internalizado em sua narrativa sobre o Holocausto, como a recusa de um modo de narrar que sugerisse a onisciência própria de um narrador que é tanto observador objetivo quanto juiz daquilo que é narrado. Haveria, assim, em seu livro, narração, mas não “narrativização”; esta última apontaria justamente para a ordenação da matéria narrada e seu envolvimento em algum tipo de enredo, seja ele épico, trágico, cômico etc., o que, em suma, conferiria um sentido ao Holocausto, enquanto a primeira seria o discurso, a invenção, a eloquência, que compareceriam no livro de Friedländer por meio da voz concedida a testemunhas, pequenos relatos, *flashes* de acontecimentos, sem que isso apontasse para um sentido determinado. Na “narrativização” estaria contido ainda o perigo de que o passado fosse reduzido a mero objeto de conhecimento, próprio a ser classificado e arquivado, mantido, por isso, distante do que poderia ser entendido não apenas como algo passado, mas capaz de ainda comparecer diante da consciência no presente. A modernidade literária seria decisiva na opção defendida por White na medida em que teria aberto mão do paradigma mimético e investido na possibilidade de que o “tratamento artístico da realidade” (p. 92), pudesse ser tão “factual” quanto a escrita utilitária. Ela estaria preocupada em nublar as diferenças claras entre passado e presente, evocando, desse modo, o “passado prático” louvado por White.

Na última parte do capítulo, White faz algumas considerações gerais sobre a implicação para a escrita da história proveniente dos elementos por ele destacados na modernidade literária. Para ele, a escrita tradicional da história (narrativização) seria presa fácil da ideologia, que ele define, invocando Althusser, como “uma relação imaginária com condições reais de existência social” (p. 93), pois teria uma inclinação muito acentuada para forjar coerências, completude e significado imaginários sobre relatos que despertariam o temor nas sociedades modernas. Esse gesto traria uma espécie de conforto a essas sociedades. Haveria que se perguntar se a narrativa tradicional sobre o Holocausto não exerceria justamente esse tipo de efeito. O modernismo literário serviria, então, para direcionar a narrativa no sentido de despojá-la dos efeitos próprios da narrativização. Teria que ser trazida para sua prática a noção de que “o ‘histórico’ é o produto de uma experiência de um número de diferentes tipos de temporalidade, muito diferente da temporalidade cosmológica da metafísica e da temporalidade existencial experimentada pelo sujeito humano consciente” (p. 95). White retoma aqui sua velha batalha: reconhecer esse caráter construído da narração histórica a partir de certo “enredo” (*emplotment*) equivaleria a admitir que “a distinção entre narrativa ‘factual’ e ‘ficcional’ perde sua relevância para a determinação do

relativo ‘realismo’ dos vários significados com os quais ‘o passado’ ou qualquer parte dele pode ser dotado” (p. 95).

À guisa de conclusão, White aponta algumas implicações da mudança que teria advindo ao campo da história quando, pela sua pretensão em se conceder o estatuto de ciência, teria perdido sua característica até então fundamental, a de *magistra vitae*. Vamos nos deter na que se afigura como a de maior destaque, justamente à qual White direciona seus maiores esforços. Trata-se da distinção entre “passado histórico” e “passado prático” quanto à questão da identidade que cada um deles pode oferecer. A identidade, intrinsecamente ligada à ordem da individualidade, seria mutável, estaria em constante transformação. A história estaria fadada ao fracasso, portanto, sempre que tivesse a pretensão de oferecer identidade a uma comunidade com base em uma genealogia do passado, infensa à mudança, “e aqui é onde o passado prático pode ser útil de um modo que nenhuma versão do passado histórico pode jamais ser” (p. 101). Os ganhos provenientes do “passado prático” seriam de três ordens: ganhar-se-ia no “escopo e extensão” e na “profundidade e altura” da pesquisa, bem como uma maior variedade de campos em que ela poderia se dar, a partir dos quais identidades, sempre em transformação, poderiam ser forjadas. Tais identidades seriam a base de escolhas e decisões para a vida cotidiana, algo que não estaria sendo oferecido pela investigação tradicional do “passado histórico”. De modo contrário ao que teria sido sugerido por historiógrafos tradicionais, “o conhecimento do passado restrito ao tipo que historiadores acreditam ser capaz de oferecer prova nunca nos ajuda com os tipos de escolhas, decisões e performances que temos que tomar em nossas vidas mundanas e diárias” (p. 102). A opção de White pelo “passado prático” não oferece garantias quanto à substância dessa identidade, algo que ele admite sequer existir em termos estáveis, mas que poderia conceder uma “ilusão de substância” necessária à ação, usada com relativo efeito, na medida em que permitiria a cada um dizer quem é sem a necessidade de se submeter a leis exteriores baseadas em identidades forjadas à força.

Afora uma certa “contradição performativa” no empreendimento de White – que tipo de escolha para a vida “mundana” e “diária” seria oferecida por *The practical past* a leitores não versados minimamente em discussões historiográficas? –, pode-se dizer que seu livro tem condições de manter acesa a chama da polêmica suscitada por seus livros anteriores mas, ao mesmo tempo, transmite a sensação de que ele construiu seus argumentos com base, como dissemos, na caricatura de seus oponentes, os chamados historiadores profissionais. Renderia bons momentos se estes, ao serem nomeados,

tivessem a oportunidade de se opor a cada uma das objeções levantadas pelo polêmico historiador.

Data de submissão: 13/09/2015

Data de aprovação: 24/03/2016